

Resumo: Este trabalho procura analisar a articulação entre as ideias de diferentes atores sociais vinculados ao movimento da reforma sanitária, ao movimento feminista e ao Estado na configuração de uma política pública de saúde da mulher, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), lançado em outubro de 1983, pelo Ministério da Saúde. Os conceitos de saúde pública defendidos pelo movimento da reforma sanitária articulados às concepções e práticas educativas sobre o corpo e a saúde da mulher do movimento feminista, influenciaram no desenho do PAISM. Entre meados das décadas de 1970 e 1980, a mobilização política pelo ideal da consolidação de uma sociedade democrática no Brasil possibilitou um consenso entre diferentes setores da oposição ao regime militar e ao neomalthusianismo, na elaboração do PAISM, que procurava incorporar entre as demandas básicas de saúde da população, aquelas que diziam respeito especificamente às mulheres, entre elas a contracepção, antecipando diretrizes internacionais nesse campo e tornando-se referência para futuras políticas de saúde da mulher.